QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL EM INDÍGENAS TUPINIQUINS AFETADOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO – MG

Ediana Pinto Joaquim Ribeiro – edianajoaquimribeiro@gmail.com

Aluno de Graduação do Curso de Enfermagem.

Lorran Coutinho Pereira - lorrykatuana@gmail.com

Enfermeiro DSEI – MG/ES

Ex-Aluno de graduação do Curso de Enfermagem

Alan Diniz Ferreira – alan@fsjb.edu.br

Mestre em Saúde Coletiva

Professor do Curso de Enfermagem

RESUMO

Introdução: O rompimento da barragem de Fundão em 2015 impactou profundamente as comunidades indígenas, como os Tupiniquim, comprometendo o ecossistema e a saúde física e mental dessas populações. Este estudo visa descrever a qualidade de vida e os impactos na saúde dos Tupiniquim afetados, utilizando o questionário SF-36. **Metodologia:** Estudo descritivo de corte transversal com avaliação da qualidade de vida por meio do questionário SF-36, abrangendo oito domínios. Os dados foram analisados no SPSS 22.0, com utilização de testes estatísticos apropriados. O estudo foi aprovado pelo CEP e obteve consentimento livre dos participantes.

Resultados e Discussão: Há variabilidade na qualidade de vida entre os gêneros, com homens apresentando maior capacidade funcional e vitalidade, enquanto as mulheres relataram melhor estado geral de saúde, mas com mais dor e menor vitalidade. As diferenças observadas, embora em sua maioria sem significância estatística, sugerem desafios físicos e emocionais mais intensos para as mulheres. **Considerações Finais:** Notram-se disparidades de gênero na qualidade de vida e saúde mental, ressaltando a necessidade de políticas públicas sensíveis a essas diferenças para melhorar o cuidado das comunidades indígenas. Futuras pesquisas devem ampliar a amostra e realizar análises longitudinais para avaliar o impacto de longo prazo do desastre ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Indígena, Saúde Mental, Desastre Ambiental, Qualidade de Vida

1 – INTRODUÇÃO

A tragédia de Mariana, que ocorreu em novembro de 2015 com o rompimento da barragem de Fundão operada pela Samarco (uma joint venture entre a Vale e a BHP Billiton), marcou um dos piores desastres ambientais do Brasil. Milhões de metros cúbicos de lama tóxica foram despejados no Rio Doce, resultando em significativos danos ambientais, destruição de comunidades e a morte de 19 pessoas (Lopes, 2016). O impacto estendeu-se à biodiversidade e à economia regional, prejudicando gravemente ecossistemas aquáticos (Vieira, 2018; Azevedo et al., 2022).

As comunidades indígenas que viviam ao longo do Rio Doce sofreram profundamente com a destruição do ecossistema, que afetou suas práticas tradicionais de subsistência, como a pesca e a agricultura (Costa; Silva, 2020). Esses meios de vida eram fundamentais para sua alimentação e economia, além de estarem intrinsecamente ligados às suas práticas culturais e espirituais (Silva; Carvalho, 2022). A perda da biodiversidade e a degradação ambiental agravaram a situação, prejudicando a relação histórica e espiritual que as comunidades tinham com o rio (Souza, 2018).

Além dos danos materiais e ambientais, a tragédia teve consequências severas na saúde mental dessas comunidades. A dependência do rio para a identidade cultural e os recursos vitais fez com que o desastre gerasse estresse, ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos (Vasconcelos Pascoal; Zhouri, 2021; Freitas et al., 2019). A falta de acesso a água potável e recursos naturais confiáveis contribuiu para um constante estado de preocupação e a sensação de perda de identidade cultural, gerando um sentimento de deslocamento e desamparo (FGV, 2020; Urquiza; Rocha, 2019).

A saúde mental nas populações indígenas tem se revelado um problema preocupante, com altos índices de questões psicossociais, incluindo suicídio, que afeta particularmente jovens entre 15 e 29 anos (Brasil, 2020). Essa vulnerabilidade está ligada a fatores como racismo, violência, mudanças bruscas no modo de vida e a perda do território, todos intensificados por desastres como o rompimento da barragem de Fundão (Pontes et al., 2021). Mesmo com políticas públicas e assistência disponíveis, os efeitos devastadores do desastre continuam a impactar profundamente essas comunidades.

Torna-se fundamental avaliar a qualidade de vida e a saúde mental dos Tupiniquim afetados, visando compreender os principais determinantes e consequências desse desastre. O objetivo deste estudo é descrever a qualidade de vida dos indígenas Tupiniquim, enfocando os impactos na saúde física e mental a partir da análise dos dados do SF-36.

2 – METODOLOGIA DO TRABALHO OU DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo descritivo de corte transversal. A qualidade de vida foi avaliada com o uso do questionário SF-36 (validado para a população brasileira), que abrange oito domínios: capacidade funcional, limitações por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, limitação por aspectos emocionais e saúde mental.

Os dados coletados foram submetidos a análises estatísticas, utilizando o software Statistical Package for Social Sciences – SPSS, versão 22.0. A análise descritiva foi conduzida com cálculos de médias, desvios padrão e medianas e intervalos mínimo e máximo. A normalidade dos dados foi analisada pelo teste Komogorov-Smirnov e a comparação dos resultados entre homens e mulheres foi realizada pelo teste U de Mann-Whitney para dados com distribuição não normal ou teste T para amostras independentes, quando distribuição normal dos dados. Para todas as análises, foi adotado um nível de confiança de 95% ($p < 0,05$).

O estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE 76498523.2.0000.5059. Foi obtido o consentimento livre, esclarecido e voluntário de todos os participantes do estudo, respeitando sua autonomia. para a escrita do trabalho uma vez que ele já está com a formatação padrão exigida.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados apresentados destacam nuances importantes nas experiências de saúde e qualidade de vida entre homens e mulheres indígenas em Aracruz, com base na aplicação do questionário SF-36. A análise evidencia que, embora haja uma variabilidade significativa entre os domínios avaliados, algumas tendências claras emergem, sugerindo diferenças específicas de gênero. Tais resultados são apresentados na Tabela 1.

Os dados indicam que os homens, em geral, apresentaram uma capacidade funcional superior em comparação com as mulheres, com uma mediana de 93 em contraste com 87,5 nas mulheres. Essa diferença pode estar relacionada a fatores sociais, culturais e fisiológicos, onde os homens podem ter tido acesso a atividades que promovem um maior condicionamento físico, ou diferentes papéis nas comunidades que impactam suas capacidades funcionais.

Observa-se que as limitações físicas apresentaram escores medianos semelhantes entre os gêneros, com os homens reportando uma mediana de 50 e as mulheres de 37,5, sem diferenças estatisticamente significativas. Por outro lado, as mulheres reportaram um estado geral de saúde melhor do que os homens, com uma média de 59,55 comparada a 52,43. Esse dado, embora não estatisticamente significativo ($p = 0,205$), pode sugerir que as mulheres percebem seu estado de saúde de forma mais positiva,

possivelmente influenciadas por resiliência psicológica ou outros fatores sociais e emocionais (Baggio et al., 2018; Rocha; Sarriera, 2006; Cruz; Irffi, 2019).

Tabela 1. Variáveis associadas à qualidade de vida e bem-estar de indígenas, por sexo. Aracruz, 2023.

Variáveis	Sexo		p-valor
	Masculino	Feminino	
Idade	32 (20 - 47)	28 (18-77)	0,569*
Capacidade Funcional	93 (65 - 100)	87,5 (30-100)	0,169*
Limitação por Aspectos Físicos	50 (0 - 100)	37,5 (0 - 100)	0,569*
Dor	70,43 ± 23,76	61,3 ± 28,12	0,323**
Estado Geral de Saúde	52,43 ± 16,45	59,55 ± 15,32	0,205**
Aspectos Sociais	88 (37,5 - 100)	75 (38-100)	0,743*
Vitalidade	62,86 ± 17,40	51,5 ± 19,80	0,094**
Limitação por Aspectos Emocionais	50 (0 - 100)	50 (0-100)	0,931*
Saúde Mental	56 (36 - 88)	60 (32-92)	0,849*
Critério Brasil	23,43 ± 3,79	23,65 ± 4,57	0,883**
Escala Coelho & Savassi (Pontuação)	6 (4-8)	5 (5-8)	0,641*

* Teste U de Mann-Whitney para Amostras Independentes. ** Teste T para Amostras Independentes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No domínio da vitalidade, os homens se destacaram, com uma média de 62,86 em comparação aos 51,5 das mulheres. O valor de $p=0,094$, próximo da significância estatística, pode indicar uma tendência de que os homens se sentem mais enérgicos, possivelmente refletindo diferenças nas demandas físicas e sociais que cada gênero enfrenta. No entanto, quando se observa os aspectos sociais, as mulheres relataram maiores limitações (mediana de 75) em comparação aos homens (mediana de 88), ainda que sem significância estatística ($p=0,743$). Isso pode indicar um impacto mais acentuado de fatores sociais e de rede de suporte, com as mulheres talvez enfrentando mais desafios relacionados ao papel social e familiar (Santos, 2012).

Os resultados do domínio de saúde mental indicam uma leve superioridade das mulheres (média de 60) em comparação aos homens (média de 56), com $p=0,849$, mostrando uma tendência, ainda que estatisticamente insignificante, de maior percepção de bem-estar emocional nas mulheres. Entretanto, as mulheres também relataram uma maior prevalência de dor e menor vitalidade, sugerindo que, apesar de uma saúde mental ligeiramente superior, elas enfrentam maiores desafios físicos e emocionais. Esses dados podem ser reflexos de fatores de carga de trabalho, papéis múltiplos ou impacto de experiências traumáticas que afetam mais intensamente as mulheres em comunidades indígenas. A distribuição das variáveis, conforme ilustrada na Figura 1, reforça essas tendências, mostrando que os valores mais altos em cada subescala indicam melhores percepções de saúde e funcionalidade. A escala de 0 a 100 possibilita uma interpretação clara de que os homens tendem a se sentir mais capazes fisicamente e com mais vitalidade, enquanto as mulheres, embora apresentem um melhor estado geral de saúde e saúde mental, enfrentam limitações físicas e sociais significativas, com maior relato de dor e menor energia. (Batista, M. Q.; Zanello, V., 2016; Cruz; Irffi, 2019; Baggio et al., 2018; El Kadri et al, 2021).

A figura 1 ilustra a distribuição das variáveis analisadas pelo SF-36 divididas por sexo. As pontuações de cada subescala são transformadas em uma escala de 0 a 100, em que valores mais altos (próximos de 100) indicam melhor capacidade funcional, menor limitação, maior dor, melhor percepção de saúde, maior vitalidade e menos fadiga, melhor funcionamento social, menor limitação por aspectos emocionais e melhor saúde mental enquanto valores menores (próximos de 0) indicam o inverso.

A análise global sugere que as mulheres indígenas de Aracruz podem ter um enfrentamento físico e emocional mais intenso em comparação aos homens, especialmente em contextos pós-desastre. As diferenças observadas, mesmo sem significância estatística em algumas variáveis, oferecem insights sobre

as necessidades de saúde específicas de cada gênero. Recomenda-se que políticas de saúde e programas de suporte considerem essas disparidades para fornecer intervenções mais direcionadas e eficazes.

Figura 1. Avaliação de Qualidade de Vida e Bem-estar pelo Questionário SF-36. Fonte: Elaborado pelos Autores.

5 – CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notam-se disparidades importantes entre homens e mulheres, com nuances em termos de capacidade funcional, percepção de dor, vitalidade e saúde mental. Estes achados reforçam a necessidade de políticas de saúde pública que reconheçam as diferenças de gênero e abordem os fatores específicos que afetam a saúde e o bem-estar das comunidades indígenas. Intervenções de saúde devem considerar essas particularidades para promover um cuidado mais inclusivo e eficaz. Futuras pesquisas devem ampliar o tamanho amostral e incorporar análises longitudinais para compreender melhor o impacto a longo prazo do desastre ambiental sobre a saúde dessas populações.

6 – REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. G.; VIANA, L. S.; OLIVEIRA, A. E. Desastre de Mariana (MG, Brasil): uma perspectiva referente ao impacto ambiental, bioética e direitos humanos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 24, n. 1, p. 114–126, 2022. DOI: 10.47456/rbps.v24i1.23384. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/23384>>. Acesso em: 19 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade por suicídio na população indígena no Brasil, 2015 a 2018**. Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 51, p. 1–12, 2020.
- COSTA, H. A. da; SILVA, M. M. P. da. Environmental impacts from the national media perspective of the Barragem de Fundão in Mariana, Minas Gerais, Brazil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e6869108863, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8863.
- FGV. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES)**. Rio de Janeiro: São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/tupiniquim-e-guarani_parte-1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

5. FREITAS, C. M. DE et al. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, p. e00052519, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00052519. Acesso em: 19 set. 2023.
6. LOPES, L. M. N. **O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais**. Sinapse Múltipla, Betim: PUC Minas, v. 5, n. 1, 2016.
7. PONTES, A. L. M.; CARDOSO, A. M.; BASTOS, L. S.; SANTOS, R. V. Pandemia de Covid-19 e os povos indígenas no Brasil: cenários sociopolíticos e epidemiológicos. In: MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021, p. 123-136. ISBN: 978-65-5708-032-0.
8. SANTOS, F. V. dos. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. **Revista EDUCAmazônia**, Ano 5, v. VIII, p. 94-104, jan./jun. 2012.
9. SILVA, V. A.; CARVALHO, J. J. de. Saberes antropológicos: memória, ancestralidade e identidade em território indígena Tupinikim no estado do Espírito Santo/Brasil. **JNT- Facit Business and Technology Journal**, n. 38, v. 1, p. 332-344, 2022. Disponível em: <<http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1731>>. Acesso em: 19 set. 2023.
10. SOUZA, T. J. E. de. Os impactos ambientais decorrentes do rompimento da barragem em Mariana. **Revista do CNMP**, n. 7, 2018. DOI: 10.36662/revistadocnmp.i7.106. Acesso em: 19 set. 2023.
11. URQUIZA, A. H. A.; ROCHA, A. de O. **O desastre ambiental de Mariana e os Krenak do Rio Doce. Veredas do Direito**, n. 35, v. 16, p. 191-218, 2019. DOI: 10.18623/rvd.v16i35.1507. Acesso em: 19 set. 2023.
12. VASCONCELOS PASCOAL, W.; ZHOURI, A. Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce. AMBIENTES: **Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 3, n. 2, p. 360–394, 2021. DOI: 10.48075/amb.v3i2.28271. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28271>>. Acesso em: 19 set. 2023.
13. VIEIRA, D. R. Diálogos de um desastre: discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo rompimento da barragem da Samarco. **Anais do Seminário de Ciências Sociais PGCS-UFES**, v. 3, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21717/14415>>. Acesso em: 19 set. 2023.
14. BAGGIO, É.; NASCIMENTO, V. F. do; TERÇAS, A. C. P. et al. O cuidar da saúde para a mulher indígena Haliti-Paresí. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 12, n. 3, p. 729-737, mar. 2018.
15. ROCHA, K. B.; SARRIERA, J. C. Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 10, n. 2, p. 187–196, dez. 2006.
16. CRUZ, M. S.; IRFFI, G. Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2531–2542, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.23162017>>.
17. BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 4, p. 403–414, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160039>>.
18. EL KADRI, M. R. (org.) et al. **Bem Viver: Saúde Mental Indígena**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021. 156 p.